

NÔ PINTCHA

ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

MEDALHA AMILCAR CABRAL PARA SAMORA MACHEL



A medalha Amílcar Cabral, a mais alta condecoração do Estado da Guiné-Bissau, vai ser hoje entregue ao Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, pelo Presidente Luiz Cabral. Esta condecoração visa distinguir aqueles que mais se destacaram na luta pela libertação dos povos oprimidos.

Esta cerimónia será o ponto mais alto do terceiro dia da visita oficial que o Presidente Luiz Cabral efectua à República Popular de Moçambique. Trata-se da segunda etapa da visita, pois a primeira, iniciada em Julho do ano passado, fora interrompida com a notícia do acidente de viação que vitimou o então Comissário Principal, camarada Francisco Mendes. Hoje de manhã, Luiz Cabral rendeu homenagem aos heróis moçambicanos, depositando uma coroa de flores na praça do mesmo nome, após o que se deu início às conversações entre as duas delegações, encabeçadas pelos respectivos chefes de Estado.

(Continua na pág. 8)

Depois do golpe vitorioso Conselho Revolucionário assume o poder no Ghana

LOMÉ — A vida retoma lentamente o seu curso normal em Accra, três dias depois do golpe de Estado militar que levou ao poder um «Conselho Revolucionário das Forças Armadas», constituído por dez militares, sendo dois cabos e um soldado, e cujo presidente é o capitão da aviação John Jerry Rawlings.

Numa declaração lida pela rádio, o novo «homem forte» do Ghana indicou que o chefe de estado-maior e os comandantes dos exércitos de terra, ar e mar foram demitidos. O capitão Rawlings precisou também que todos os membros do «Conselho Revolucionário das Forças Armadas» não devem esperar que o seu novo cargo lhes dê um tratamento especial, e que não devem aproveitar para se vingarem.

Lançou, por outro lado, um apelo às organizações profissionais para que es-

tes designem cada uma um representante que participará nos trabalhos de um «Conselho Revolucionário alargado», acrescentando que as decisões deste conselho serão publicadas à medida que forem sendo adoptadas.

A fronteira entre o Ghana e o Togo continua fechada. Os jornais ghanenses reapareceram ontem, e o «Daily Graphic» publica na primeira página, sob o título «Somos por uma justiça total», a declaração feita na terça-feira à noite na rádio pelo capitão Jerry Rawlings, presidente do Conselho Revolucionário que dirige o país.

Rawlings afirmou ainda que todos os que forem reconhecidos culpados de desfalque serão punidos de maneira apropriada. Acrescentou, todavia, que alguns oficiais superiores são honestos, e que seria

(Continua na pág. 8)

Portugal

Governo demissionário

LISBOA — O Primeiro-Ministro português, prof. Mota Pinto anunciou ontem à noite ter apresentado a demissão do seu Governo ao presidente Ramalho Eanes. O ministro das Finanças, prof. Jacinto Nunes já se tinha demitido anteriormente depois do seu orçamento ter sido aprovado na Assembleia da República, após a introdução de importantes alterações.

A queda do Governo parecia no entanto, inevi-

tável uma vez que os socialistas e os comunistas reunem uma maioria absoluta no parlamento tinham apresentados moções de censura separadas na segunda-feira passada.

O Presidente Ramalho Eanes ainda não anunciou se aceitaria ou não a demissão do Primeiro-Ministro. Mas espera-se de maneira geral que o povo português seja chamado às urnas no próximo mês de Outubro.

(Mais notícias na pág. 8)

Abastecimento de gasóleo repostado a partir do dia 12

O abastecimento de gasóleo só deverá ser restabelecido a partir do dia 12, data em que deverá chegar a Bissau um petroleiro soviético transportando cerca de quatro mil toneladas deste combustível, informou-nos

ontem a direcção da Dicol.

A falta de gasóleo que se tem verificado de há alguns dias para cá no território nacional afectou grandemente todo o país: as indústrias, as carreiras dentro da cidade

dos autocarros da Siló Diata e os geradores de energia eléctrica no interior do país. Ainda por esse motivo, a central eléctrica de Bissau vê-se de novo ameaçada pelos prejudiciais cortes de energia na medida em que

só se encontra em funcionamento o menor dos dois grupos de geradores.

Ainda segundo a direcção da Dicol, o motivo da falta de combustível deve-se ao atraso do navio. Também a subida de preço

do gasóleo no mercado internacional criou uma série de dificuldades à empresa, pois as quantidades encomendadas, sofreram grandes reduções por parte dos fornecedores soviéticos. Em Abril passado, a Dicol

encomendou cerca de três mil toneladas de gasóleo e só recebeu 1.400, por causa da subida de preços. «Entretanto, tentámos orientar o stock da melhor maneira, mas

(Cont. na página 8)

Abastecimento de electricidade

-um grande quebra-cabeça

Há já muito que impera em Bissau uma grande confusão à volta do abastecimento de energia eléctrica. Afirmo isto, não só pelo que tenho ouvido por aí, mas também por experiência própria. No fim de cada mês, na altura do pagamento da energia eléctrica gasta, este assunto fica na ordem do dia, durante mais de uma semana, para ressurgir no mês seguinte.

A arbitrariedade dos cobradores de luz, que aplicam preços exorbitantes, a torto e a direito, é uma coisa que deve merecer a atenção dos responsáveis pela energia no nosso país.

Então, como é que é possível que, num mês, uma pessoa que procura consumir o mínimo possível de energia eléctrica, quando chega o cobrador, o preço ultrapasse de longe a corrente consumida. Se bem que o próprio cobrador chega a reconhecer que é erro da sua parte, alegando que, no mês seguinte, fará o devido desconto.

Mas, para cúmulo de azar, esse facto continua a verificar-se, mês após mês, sem que haja indícios de alteração ou solução da questão. Mas o problema não fica só aí! Há também outra dor de cabeça, que é provocada pelos cortes de energia, quando os consumidores não liquidam as suas contas.

Claro que há um prazo de 10 dias, depois da cobrança, para se pagar a conta, e que, se não se paga até essa data, se fica sem luz em casa. Mas não está certo que se vá cortar a luz a quem tem a sua conta em dia. E só depois da carne e do peixe se ter estragado no frigorífico é que os técnicos aparecem a repôr a corrente. E quando alguém vai lá pedir uma justificação, dizem que foi engano. Mas não é possível ou admissível que continuem a enganar-se sempre.

Faço um apelo aos responsáveis da CEABIS, Companhia de Electricidade e Águas de Bissau, para que dêem um bocadinho de atenção a este já alarmante problema.

FUNDUNGO

Em Alma-Ata (URSS)

A Guiné-Bissau participou no seminário contra o apartheid

A Guiné-Bissau esteve representada no seminário internacional sobre «O papel da opinião pública no apoio à luta dos povos da África Austral, contra o racismo, o «apartheid» e o colonialismo», que decorreu de 28 a 31 de Maio passado, em Alma-Ata, capital do Kasquistão soviético. Este seminário foi organizado

pelo Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática, e pelo Instituto de África da Academia das Ciências da URSS, em colaboração com o Comité Especial da ONU contra o «apartheid».

Participaram nos trabalhos deste seminário delegações representativas das organizações patrióticas da África Aus-

tralis, numerosos comités nacionais dos países da comunidade socialista, bem como círculos progressistas da Europa Ocidental e da América. Os 50 relatórios apresentados à discussão, confirmaram com clareza que a liquidação total do racismo entrou na sua etapa decisiva.

Entre outras medidas,

foram condenadas as manobras da diplomacia ocidental tendentes a impôr uma solução neocolonialista nos problemas da África Austral. No apelo dirigido a Kurt Waldheim, manifestou-se a determinação da opinião pública mundial em lutar pela concretização das resoluções da ONU contra o racismo e o «apartheid», e propôs-se que sejam aplicadas adequadas sanções económicas e diplomáticas aos racistas de Pretória e Salisbúria, cujo regime retrógrado sobrevive, à custa do persistente apoio militar e económico dos países Ocidentais.

O delegado do nosso país a este seminário internacional, António Soares Lopes, director do jornal «Nô Pintcha», concedeu uma entrevista à agência soviética, Novosti, na qual realçou o alto significado político do seminário, e manifestou o nosso repúdio para com a repressão sistemática e diária imposta pelos racistas aos povos africanos da região austral do nosso continente. O apoio e a solidariedade dos países socialistas, para com a luta patriótica desses povos, foi também ponto de consideração nas palavras do director do «Nô Pintcha».

Comemoração do Dia de Portugal

Comemorando o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a Embaixada de Portugal inaugurarà uma exposição, no Centro Cultural Português, no próximo dia 10 de Junho pelas 19,30 horas.

Por outro lado, e no mesmo dia, os portugueses residentes no nosso país são convidados para um jantar que terá lugar nos jardins da residência do Embaixador, das 20 às 22,30 horas.

EXPOSIÇÃO DO MATERIAL DIDÁCTICO PORTUGUÊS

Encontra-se aberta no Centro Cultural Português, desde o passado dia 1, prolongando-se até ao próximo dia 8, uma exposição de material didáctico português.

Esta exposição que já foi visitada por cerca de 400 pessoas entre os quais professores primários e alunos, é composta por 700 livros primários, secundários e técnico adoptado em Portugal, e estará aberta todos os dias ao público, das 10 às 12 horas e 30 minutos, das

15 às 19 horas e das 20 e trinta às 23 horas e 30 minutos.

No acto da inauguração, além do embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, Pinto da França, estiveram presentes representantes do corpo diplomático acreditado no nosso país.

Efeitos do temporal

Descarga eléctrica atingiu Grande-Hotel

Durante o forte temporal que se fez sentir ontem de manhã em Bissau, uma ligeira descarga atingiu a parede exterior do Grande Hotel.

Sem ter originado danos pessoais, a descarga

provocou uma fenda no tecto da varanda do Hotel, partiu alguns vidros de uma vitrina ali colocada, e cortou alguns fios da instalação eléctrica exterior.

Responde o povo

Crianças não-desejadas: a responsabilidade será só dos pais? (conclusão)

Publicamos neste número a segunda parte do nosso inquérito sobre as crianças abandonadas pelos pais. Como resolver o grave problema das crianças abandonadas, foi a pergunta que fizemos aos populares. A par da admiração manifestada por alguns perante tal situação, outros consideram-na fruto de todo um processo colonial. O fundamental é que as pessoas ganhem consciência dos seus deveres. Afirmo ainda e com razão um dos nossos entrevistados. Pois que, segundo ele, não devemos pôr de parte a herança colonial, mas é indispensável toda uma campanha de sensibilização junto da população, no sentido de ir acabando com o tempo, com essa prática incorrecta. E alguns responsáveis que fazem filhos em toda a parte por onde passam? Isso será também (e comente) uma herança colonial? Afirmo um dos jovens entrevistados, que quanto maior é a responsabilidade perante o nosso povo, maior é o grau de culpabilidade por parte dos que incorrem na situação condenável de não tratar dos filhos. Que o Estado tome a iniciativa de criar condições para acolher as crianças nessas condições, conforme anunciou o camarada Presidente no seu discurso na reunião do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, e que os pais sejam obrigados a cumprir com o seu dever, são medidas que visam diminuir o mal. A sua cura dependerá daquilo que se conseguir fazer no sentido de sensibilizar a nossa população, sobretudo os elementos mais indefesos e que precisam de maior protecção e segurança — as crianças.

«O que eu tenho a dizer é que no meu tempo não se viam situações dessas. Homens a abandonar os filhos?! Nunca! Nesse tempo havia gente responsável. Agora vocês arranjam mil e uma desculpa para fugirem à vossa responsabilidade, foi desta maneira que Sábio Gomes, casada, de 62 anos de idade e doméstica, acolheu a «novidade». E acrescenta ainda, quando lhe falámos sobre o uso de anticonceptivos e da prática do aborto: Eu não estou de acordo com nada disso porque não vimos os nossos pais a praticarem tais actos, portanto não seríamos nós a praticá-los. Para ela, as raparigas agora não aceitam os conselhos das pessoas mais velhas e quando se lhes fala da ofensa moral que representa o aborto, di-

zem que é evolução. E pergunta: «Mas que evolução? Eu por exemplo sou mãe de sete partos, todos eles vivos, graças a Deus. Hoje são homens e mulheres com responsabilidades. Mas eu nunca fiz aborto e nem faria se vivesse a minha juventude neste vosso tempo cheio de desobediência aos mais velhos e em que se escondem atrás da evolução para cometer só asneiras».

«Eu nunca pratiquei o aborto e nem uso anticonceptivos, mas penso que se estivesse na situação de certas mães, que não reúnem condições para criar um filho, preferia evitá-los do que trazê-los ao mundo para depois viverem abandonados», assim responde Aissatu Baldé, de 35 anos de idade, casada e doméstica. Quando lhe perguntámos

se concordava com a medida preconizada pelo Estado para defender as crianças a b a n donadas, respondeu que «concordava plenamente» e que «é preciso ver o caso de muitas mulheres que arranjam filhos só para prender os homens». E conclui afirmando: Nós as mães é que devemos ser as primeiras a defender os nossos filhos, evitando arranjá-los de qualquer maneira, como se faz neste país, sobretudo em Bissau».

O jovem Malam Dabó, de 25 anos de idade, estudante-trabalhador, considera como fundamental uma campanha de sensibilização, sobretudo da camada mais jovem da população, «que é a mais afectada e também a mais sensível». Quando lhe interrogámos se considerava isso como uma das he-

ranças do colonialismo, respondeu-nos que em parte sim. «Mas, acrescentou, se formos a ver o caso de certos responsáveis (felizmente são poucos), que deixam filhos em toda a parte por onde passam e a responsabilidade que têm perante o povo os torna ainda mais culpados».

E a sociedade, continua ele, o que já fez para ajudar a resolver a situação? Quem tem direito ao uso de anti-conceptivos ou à prática do aborto? Não quero com isso inibir nenhum pai que aja desse modo, porque acho que devem ser responsáveis pelos seus actos. Considero urgente o regulamento da natalidade, embora saiba que isso exige meios eficazes. Mas é preciso que se dê o primeiro passo e não ficar a desculpar-nos com a nossa pobreza.

Seminário de reciclagem de alfabetizadores

Importantes conclusões, recomendações, propostas e sugestões foram aprovadas no final dos Seminários de Reciclagem de Alfabetizadores e de Avaliação do Trabalho da Alfabetização que terminou há semanas na Praia. Realizado de 20 a 23, conjuntamente com igual iniciativa em S. Vicente, este primeiro Seminário de Reciclagem e de Avaliação do Trabalho já desenvolvido, que foi uma iniciativa do Departamento de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura, contou com a participação do pedagogo brasileiro Paulo Freire e de mais três elementos do seu Instituto de Acção e Cultura, de Genebra, tendo reunido alfabetizadores, coordenadores, elementos da comissão de alfabetização e do DEEE, representantes do Partido e das Organizações de Massas e dos diferentes departamentos do Governo e do Estado. Em três comissões de trabalho, debateram e tiraram conclusões sobre os seguintes temas: problemas pedagógicos e metodológicos surgidos na prática; problema do bilinguismo e seu reflexo na prática; perspectiva político-social em que se enquadra a alfabetização, pós-alfabetização papel do Partido e das Organizações de massas; alfabetização, pós-alfabetização como investimento para o desenvolvimento sócio-económico do país e papel dos diversos departamentos do Estado neste processo educativo.

O camarada Olívio Pires, secretário nacional do CNCV, e o camarada Quirino Spencer, secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura, intervieram na sessão de abertura do Seminário.

Usando da palavra na mesa participada por Paulo Freire e pela camarada Lurdes Chantre, o dr. Quirino Spencer, falando em nome do camarada Ministro da Educação e Cultura, enumerou os objectivos do Seminário e lembrou que «a alfabetização nos moldes actuais começou tão logo a acção do PAIGC em Cabo Verde de ser clandestina — pouco depois de Abril de 1974, surgiram na Praia e no Sal acções de sensibilização que, no

decorrer do Governo de Transição, conduziram à criação duma comissão de alfabetização. Pouco depois de Julho de 1975, progressivamente, deu-se vida nova às acções de alfabetização e, em fins de 1976, criou-se no Ministério da Educação e Cultura o Departamento de Educação Extra-Escolar que se está estruturando cada vez melhor para levar a efeito, na devida oportunidade, a grande campanha nacional de alfabetização».

Quirino Spencer realçou que a percentagem de analfabetismo em Cabo Verde anda à volta de 70 por cento e, para uma compreensão de como se cheguem a esta situação lamentável, lembrou que a média anual de frequência no ensino primário de 1950 a 1968 foi de 12 mil alunos, enquanto que a média nos anos posteriores, de 1969 até hoje, é de 55 mil alunos. «Significa este facto — frisou Quirino Spencer — que, antes de 1969, estiveram afastadas das escolas cerca de dois terços das crianças caboverdeanas em idade escolar. Crianças, então, que são hoje adultos analfabetos, e que constituem o grosso da empobrecida força de trabalho do nosso país».

«Para situarmos a pertinência da acção alfabetizadora no enquadramen-

to de directrizes governamentais, recordemos que no relatório do Conselho Superior da Luta ao III Congresso se definem claramente os objectivos da educação em Cabo Verde, como visando formar um homem livre, culto, trabalhador, consciente, imbuído de noções de responsabilidade e exigência pessoal e colectiva, capaz de participar na Reconstrução Nacional.

«Este postulado condiciona toda a acção do Ministério da Educação e Cultura, quer na educação formal como na não-formal. A preocupação dominante é formar quanto antes cidadãos conscientes e bem apetrechados para a tarefa de assegurar a independência. Agimos hoje, utilizando os fracos meios disponíveis. Entretanto, gizamos planos e criamos estruturas que permitirão, a médio prazo, acção mais coordenada e mais eficaz» — afirmou mais além o secretário-geral do Ministério, responsável pela alfabetização.

Antes de se referir à pedagogia utilizada em Cabo Verde, o método de Paulo Freire, e de evocar a figura do alfabetizador, Quirino Spencer realçou que, até hoje, se prepararam 120 alfabetizadores, dos quais 55 actuam em círculo de cultura, e

estimou o número total de alfabetizandos distribuídos pelos 35 círculos na ordem dos 825.

O secretário nacional do CNCV do PAIGC, camarada Olívio Pires, em representação dos órgãos cimeiros do Partido, enumerou, depois, os requisitos e as condições de trabalho, para que se alcancem cabalmente os objectivos da alfabetização, que compreendem também a consciencialização e o despertar no Povo da sua confiança em si e da sua capacidade criadora.

Olívio Pires alertou ainda para a necessidade de se instruir as camadas da população, mas não para que se abandonem as formas necessárias do trabalho específico e tradicional no território nacional, como a agricultura, etc. «Alfabetizar sim, mas não para que se abandone a enxada» — disse o secretário nacional do PAIGC.

Depois de pôr em destaque a importância que o Partido atribui à alfabetização, Olívio Pires terminou, dizendo aos alfabetizadores: «nos vossos ombros, neste momento, estão depositadas muitas esperanças. Prometemos dar todo o apoio necessário ao cumprimento desse trabalho e dessa tarefa de importância extraordinária».

Acordo com a Caixa Central de Cooperação Francesa

Um acordo de financiamento que ascende a 6 milhões de francos franceses foi assinado no passado sábado, dia 12, entre o governo de Cabo Verde e a Caixa Central de Cooperação Económica. Assinaram, pelo Governo caboverdeano, o Ministro de Desenvolvimento Rural, camarada João Pereira Silva, e pelo lado francês o director da Caixa Central Claude Panovillot.

Este financiamento destina-se à aquisição de equipamentos e materiais diversos, ao estabelecimento de uma pequena oficina em S. Nicolau e ao fomento das culturas de hortícolas e de bananas na ilha de Santiago, nomeadamente nas Ribeiras de Santa Cruz e dos Picos, Ribeira Seca e de S. Domingos.

Após o acto da assinatura do acordo, o director da Caixa Central de Cooperação Económica francesa, Claude Panovillot referiu-se ao objectivo principal que levou à criação da Caixa Central pelo general de Gaulle, tendo referido que um deles é ajudar os países do «Terceiro Mundo». Analisou em seguida a importância da cooperação entre a França e Cabo Verde, tendo agradecido, a finalizar, o acolhimento caloroso e fraterno que lhe foi dispensado durante a sua estadia em Cabo Verde. Em seguida, o Ministro do Desenvolvimento Rural, João Pereira Silva, agradeceu a contribuição importante que a França vem dispensando ao desenvolvimento do seu

País, acrescentando que, a visita do director da Caixa Central às ilhas de Santiago, Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente terá certamente permitido a este último avaliar o esforço que o Povo caboverdeano vem dispendendo no sentido de construir um país novo e um futuro melhor.

Assistiram à cerimónia, o chefe da Missão de Cooperação Francesa em Cabo Verde, o director da Caixa Central em Dakar, o Secretário-Geral do MDR e os directores-gerais da conservação e aproveitamento dos Recursos Naturais e o chefe do Departamento de Assuntos Económicos, Políticos e Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

OS PATRIOTAS DE BISSAU E OUTRAS PRAÇAS DEVEM ORGANIZAR-SE CADA DIA MELHOR E AGIR COM INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA.

Por isso, é com a alegria de sempre e confiança inabalável na vitória do nosso povo, que saúdo os combatentes heróicos do nosso Partido, todos os quadros e militantes da nossa organização que têm sabido honrar aqueles que deram a vida em Pindjiguiti para mostrar ao estrangeiro que não queremos mais a sua dominação na nossa terra. Saúdo igualmente todos os africanos patriotas e honestos da Guiné e Cabo Verde, na certeza de que todos hoje têm ou devem ter a consciência clara de que a melhor maneira de provar a sua honestidade e o seu patriotismo — o seu amor pelo nosso povo — é darem a sua contribuição efectiva para a obra grandiosa que o nosso Partido está a realizar, pela liberdade total e o progresso da nossa terra.

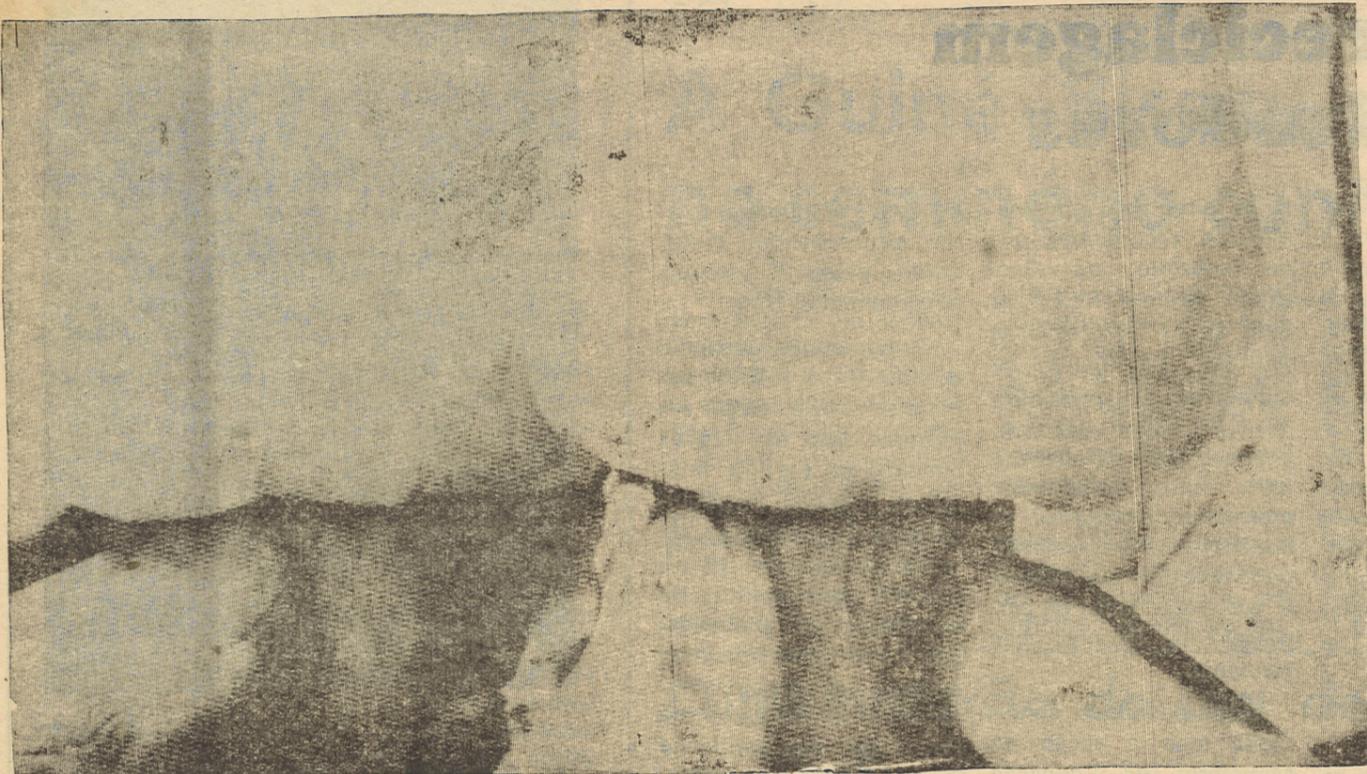
Saúdo igualmente, em nome da direcção do nosso Partido, todos os cidadãos portugueses, homens e mulheres, civis ou militares, que, encontrando-se por força das circunstâncias na nossa terra africana, são no entanto contra o colonialismo e contra a guerra colonial, pelo direito do nosso povo à independência e, como nós, amam a justiça e o progresso para todos os povos. Lembro-lhes que, apesar do massacre de Pindjiguiti e de todos os crimes que conhecem, nunca confundimos nem confundiremos os colonialistas portugueses com o povo de Portugal que estabelecemos e respeitamos, e com o qual estabecemos, amanhã, na independência e na reciprocidade de vantagens, relações privilegiadas de amizade e de cooperação. Lembro-lhes também, a esses portugueses, patriotas, que chegou a hora em que todo o português presente na nossa terra tem o direito e o dever de se definir claramente em relação à nossa luta para, evitar que seja confundido ou identificado com os criminosos colonialistas portugueses e os seus agentes.

Desejo endereçar uma saudação particular aos nossos compatriotas dos centros urbanos das cidades e das vilas da nossa terra, em especial de Bissau, para lhes dizer o seguinte:

Hoje, mais do que nunca, os criminosos colonialistas portugueses estão cheios de medo na nossa terra, perante a marcha vitoriosa do nosso povo africano organizado e activo, para a conquista certa da independência sob a bandeira gloriosa do nosso Partido. Esse medo é tanto maior quanto é certo que, depois dos ataques a Bissau e Bafatá, os colonialistas vêm agora que não têm mais por onde se esconder.

Mensagem do Secretário-Geral, camarada Amílcar Cabral por ocasião do 3 de Agosto de 1971.

(Continua no próximo número)



O cajú poderá encaixar-se com harmonia e certo peso nos mecanismos da nossa infatigável busca de divisas

Arrancar ao solo e promover toda a riqueza disponível

- O cajú pode transformar-se em nova fonte de divisas
- Assistência (tecnológica) de Moçambique é importante

A recente visita ao nosso país de um grupo de técnicos dos mais credenciados da indústria do cajú em Moçambique, ajudou a trazer novamente à superfície da nossa realidade económica, uma série de esperanças que não pode, naturalmente, andar longe desse realismo absoluto que deve comandar a Reconstrução Nacional.

Independente desde 25 de Junho de 1975, a República Popular de Moçambique vem realizando um esforço importante para poder relançar a sua economia, que tem como suporte principal os bens agrícolas: algodão, copra, chá, cajú e sisal, entre outros. Tem dado portanto prioridade às culturas de exportação. Nos últimos tempos, os economistas moçambicanos puderam aplicar um forte impulso ao aproveitamento industrial do cajú, fazendo dele uma nova fonte de aquisição de divisas. A República Popular de Moçambique é o primeiro produtor mundial de cajú, logo seguida pela União Indiana e a República da Tanzânia, contando-se entre os seus clientes regulares os Estados Unidos da América do Norte, o Canadá e diversos países europeus.

O cajú representa para a economia moçambicana o maior produto de exportação, em valor. Compreende-se, portanto, a atenção especial que Moçambique dedica às culturas e à industrialização do cajú: 8 fábricas (empresa estatizada «Cajú de Moçambique»), animam o respectivo sector. Além disso, a seguir à mecanização completa da fábrica de Chamanculo (Maputo), encarrou-se a ideia da experimentação de máqui-

nas inteiramente concebidas e construídas no país, com o propósito louvável de se acabar com uma situação de dependência tecnológica do exterior.

Todo este volume de experiência nos vieram oferecer com o melhor espírito de cooperação os técnicos da República Popular de Moçambique, no sentido de prestarem assistência ao projecto guineense de industrialização do cajú. Assistência tecnológica por um lado; assistência, também, quanto à formação de pessoal, tanto na fase de instalação das fábricas como depois da sua entrada em laboração.

A experiência moçambicana neste domínio é muito considerável.

AS POSSIBILIDADES DA GUINÉ-BISSAU

Ninguém ignora que o nosso Estado trava hoje em dia uma luta titânica para dar os primeiros grandes passos concretos no caminho do desenvolvimento económico. Indispensável e urgente, a elaboração do conjunto das verdadeiras riquezas nacionais será um passo importante; o maior parte dos nossos recursos encontram-se numa «imobilização» quase absoluta, por não ser possível resolver de uma só vez e tão rapidamente como se desejaria o problema das

infra-estruturas de natureza técnica (digamos uma rede de frio altamente capacitada, transportes organizados e outros requisitos).

No alinhamento das nossas possibilidades, verifica-se que a política de animação defendida pelos responsáveis pode perfeitamente ser ilustrada com actividades que tragam para primeiro plano certos produtos (em posição secundária na agenda da nossa economia), como o cajú, os cocos e as bananas, mercedores de uma inserção mais determinada e ambiciosa no quadro das exportações.

Agora, na berlinda, encontra-se o cajú. O projecto da Guiné-Bissau, que se encontra ainda em fase de estudo (implantação de uma unidade industrial), poderá vir a ter capacidade para transformar anualmente cerca de 1.500 toneladas de cajú em óleo e fazer também o tratamento da castanha para exportação. Não há, praticamente, nesta área do Oeste Africano, grandes competidores a recuar; dentro de algum tempo, a Costa do Marfim, o Togo e o Benin, que cultivam e comercializam e produto, terão a seu lado o nosso país em condições concorrenciais de mercado que representarão um estímulo para a Guiné-Bissau.

O cajú, como todos sabem, cresce no nosso país com abundância impressionante. Teremos somente de apoiar, racionalizar e vigiar a produção, que se dá mesmo em terrenos

extremamente pobres. Os responsáveis guineenses, apoiados já na colaboração técnica que os camaradas de Moçambique vieram trazer-lhes, têm procedido ao estudo dos terrenos, em busca também de opções no que se refere ao tipo de sementes a utilizar, visando a manutenção de uma determinada qualidade. Nesses terrenos poderiam igualmente coexistir viveiros de espécies hortícolas, por exemplo, o que iria valorizar a respectiva exploração agrícola. É esse um dos propósitos dos técnicos guineenses, que começaram já a pensar, igualmente, na selecção das hipóteses de compra do material (equipamentos) a utilizar na fábrica destinada ao aproveitamento industrial da produção de cajú. Empresas italianas ou luso-italianas, britânicas e japonesas poderão vir a ser os fornecedores.

Os dados económico-financeiros já obtidos permiti-nos concluir que o cajú industrializado, com procura acentuada no mercado internacional, poderá perfeitamente encaixar-se com harmonia e certo peso nos mecanismos da nossa infatigável busca de divisas. Estas, se é certo que teremos de «poupá-las gota a gota», não é menos verdade que teremos de conseguí-las nós próprios com a quantidade e a qualidade do nosso trabalho. Para já, é muito importante que estejamos diante de um quadro de animação económica com indicadores muito concretos.

Reconstruir

As forças da Frente de Libertação Nacional do Sudão, já depois de libertarem as planícies ao mar. Significa isto que todo o País se esvaziou pelo prof. Yusuf Lule e que os últimos foram eliminados.

Agora outra dura batalha se oferece a estragos provocados pela guerra e organizações de luta do Uganda arruinadas durante o

O país beneficia de condições climáticas favoráveis à agricultura, mas a produção tem diminuído, e é nomeadamente neste sector que o novo regime dirigido por Yusuf Lule irá incidir mais a sua acção, esforçando-se simultaneamente para relançar a máquina industrial.

Desde a subida ao poder de Idi Amin Dada em 1971, a produção do café caiu um terço até atingir 1,65 milhões de sacos de 60 libras em 1978, e que as exportações caíram 50 por cento devido nomeadamente ao boicote de certos

Temos apoio da África que libertou o Uganda

Esta entrevista foi concedida por Yusuf Lule, actual presidente do Uganda, à revista «Afrique-Asie», um pouco antes da queda do ditador Idi Amin Dada. Pela oportunidade de algumas questões que aborda, apresentamo-la hoje aos nossos leitores:

Como é que uma opinião oficial e Pública Africana, Árabe e mesmo socialista, foi enganada por Idi Amin Dada?

Y. L. — Sim, como é que regimes que se proclamam progressistas revolucionários puderam acreditar um só instante que este homem podia ser patriota e honesto? Algum dia viram um só soldado ugandês oferecer-se voluntariamente para ir combater Israel ou as forças neo-colonialistas?...

Algum dia viram Idi Amin Dada enviar voluntários para combater os racistas sul-africanos ou ocidentais que intervêm em África? Como podiam acreditar na sinceridade desse indivíduo, esse assassino?...

Como puderam enviar-lhe armas, carburante, quadros e conceder-lhe créditos? Aqueles que aqui estiveram, poderiam ignorar as centenas de milhares de ugandeses torturados, liquidados, assassinados?...

Como é que... ram os milita... deses realm... triotas rebel... juntarem-se... conduzida pe... ral Ibrahim... que foi m...



Defesa de... Dada, mas q... mente tom... encia do que... a passar?... Como Exp... brusco d... mento do... Kampala?

Y. L. — anos e ano... ugandês viv... ror. Idi Am... contentava... tar sumaria

Tarefas para os patriotas ugandeses

economia e restabelecer os direitos humanos

Uganda atingiram a fronteira via de acesso ao Quênia e sob controle do Governo preso de apoio armado a Idi Amin

otias ugandeses: reparar os estruturas produtivas e administrativas.

consumidores, entre eles os Estados- Unidos.

Contudo, o Uganda continuou a ser um importante fornecedor para outros países, e embora a Grã-Bretanha tivesse reduzido para metade as suas importações do café ugandês (trata-se da variedade «robusta») desde a ruptura das relações di-

plomáticas, entre os dois países, em 1976, o Uganda era ainda o seu terceiro fornecedor depois do Quênia e da Costa do Marfim.

SEGUNDO PRODUTOR AFRICANO DE CAFÉ

Com uma produção anual de 240 mil toneladas, o Uganda é o segundo produtor africano — a seguir à Costa do Marfim — e o café representa cerca de 85 por cento das suas receitas de exportação, e constitui mesmo uma reserva superior à do Banco Central. «stock»

de um milhão de sacos «Marketing Coffee Board» tem mais valor que as reservas em divisas, avaliadas em cerca de 500 milhões de shillings em 1977 (última cifra conhecida).

Segundo as estatísticas da Organização Internacional do Café, o Uganda dispunha de um «stock» de dois milhões de sacos antes do desencadeamento do conflito contra a Tanzânia, há seis meses.

O café constitui praticamente a única moeda de troca do Uganda, cujos outros produtos agrícolas são o chá, o algodão, a

cana-de-açúcar e a mancarra.

Com uma superfície de 236 mil quilómetros quadrados, 40 mil cobertos pelo lago Vitória, o Uganda é um território encravado no coração da África Oriental. Independente desde Outubro de 1962, o Uganda tem cerca de dez milhões de habitantes, entre os quais vários milhares de europeus, os quais diminuíram bastante nos últimos anos. Os britânicos, que eram mais de seis mil em 1969, hoje não ultrapassam os 700.

Os asiáticos, que eram 75 mil em 1969 — a maioria indianos e paquistaneses — foram expulsos em Agosto de 1972, incluindo uma parte dos que adoptaram a nacionalidade ugandesa.

Esta expulsão, que constituía uma das receitas da «guerra económica» desencadeada em 1973 por Idi Amin Dada, privou o Uganda das competências técnicas, comerciais e administrativas necessárias ao desenvolvimento do país, tanto mais que a vida económica continua dependente da linha de caminho de ferro Kampala-Mombassa (no Quênia).

A desintegração da Comunidade da África Oriental, no seio da qual o Uganda estava associado ao Quênia e à Tanzânia, criou graves problemas ao governo de Idi Amin. O acesso aos portos de Mombassa e de Dar-Es-Salam (na Tanzânia) foi posto em causa. Metade dos funcionários ugandeses que trabalhavam na antiga sede da comunidade, instalada em Arusha, na Tanzânia, recusaram regressar a Kampala e engrossaram a importante diáspora de opositores refugiados nos diferentes países africanos, na Grã-Bretanha e nos Estados- Unidos.

SOCIEDADES DO ESTADO

Há muito tempo que o Uganda vive num marasmo económico e os seus vizinhos mais próximos, que são também os seus primeiros fornecedores, (principalmente o Quênia), exigiram, que as suas vendas e serviços, fossem pagos a pronto e em moeda forte. O shilling ugandês, no final de 1978, estava depreciado a ponto de se trocar a menos de um décimo do seu valor no mercado paralelo.

A carência de circuitos comerciais criou hábitos deploráveis (mercado negro e contrabando) e o turismo, que representava um sector florescente, decaiu: o número de turistas passou de 40 mil para 3 mil!

Se as exportações diminuíram, as importações foram limitadas, o que permitia registar, apesar de tudo, um certo excedente da balança comercial. As importações foram colocadas sob o controle do Estado, por intermédio de um «Advisory Board of Trade» que substituiu a antiga «Uganda Development Corporation». O «Advisory Board of Trade» controlava sete organismos parapúblicos responsáveis de todas as concessões de divisas. Só as firmas «defendidas» pelas sociedades de importação do Estado estavam autorizadas a comprar mercadorias estrangeiras.

Uma nova estratégia será sem dúvida elaborada e aplicada pelo governo de Yusuf Lule. De 68 anos de idade, Lule preparava-se para viver uma reforma tranquila em Londres, quando o presidente Julius Nyerere (de que é amigo há 30 anos) e os dirigentes dos exilados ugandeses lhe pediram para se tornar presidente da Frente Nacional de Libertação do Uganda (FNLU).

Professor universitário muito conhecido em África, Lule fez os seus estudos superiores numa faculdade da África do Sul, antes de se estabelecer na Universidade de Edimburgo (Escócia) em 1949, onde encontrou pela primeira vez Julius Nyerere. Foi nomeado reitor da Universidade ugandesa de Makerere em 1962. De mitido das suas funções com a subida ao poder de Milton Obote, Yusuf Lule tornou-se secretário-geral adjunto do Secretariado da Commonwealth, cuja sede se encontra em Londres. Desde 1972 até a sua partida para a reforma, no início deste ano, Lule era secretário-geral da Associação das Universidades Africanas, que tem a sua sede em Accra (Ghana).

Yusuf Lule deve à sua personalidade moderada o facto de ter sido escolhido para dirigir o novo regime de um país dividido pela política e o tribalismo. Foi designado em 27 de Março último por 18

grupos de opositores de Idi Amin Dada como presidente do Conselho Executivo da Frente Nacional de Libertação do Uganda.

Os delegados do quô era então a oposição ugandesa, desde os partidários da antiga monarquia do Uganda aos militantes marxistas, haviam-no plebiscitado para incarna esta vontade de unidade que culminou com a queda do regime militar.

Yusuf Lule é oriundo de uma família muçulmana e isso deve servir para apaziguar os receios das etnias muçulmanas face aos riscos de repressão de violência. Mas Lule converteu-se desde jovem ao cristianismo, o que parece torná-lo aceitável aos olhos da maioria do país. Não se deve esquecer que o Uganda de Idi Amin era oficialmente um país islâmico, quando tinha menos de seis por cento de muçulmanos. Cristãos foram perseguidos. 27 seitas foram interditas, houve prisões e em Dezembro de 1977 a sexta-feira foi decretada dia de descanso, e substituição de sábados.

Com o decorrer de anos, Idi Amin — embora continuando a ser ten dominante nos jornais — mundo inteiro pelas iniciativas onde o burlesco disputava frequentemente com o odioso — perdendo gradualmente audiência, suscitando críticas contra os métodos do seu regime. O assessor nato, em 1977, do arcebispo Luwum e de dois ministros provocou uma onda de protestos no estrangeiro. Na mesma altura, um antigo membro do governo, Kyemba, que encontrava no exílio, publicou um livro em forma de depoimento, «State Blood» (Estado de Sangue), no qual denunciava os métodos de um regime ao qual pertenceu durante seis anos.

As iniciativas tomadas pelo ditador para tentar fazer esquecer as suas dificuldades internas (diversas tentativas de assassinatos fomentadas pelos militares) ou os massacres perpetrados no seu país (principalmente contra meadamente contra ethnias e os Langos, duas etnias de que desconfia), não conseguiram acalmar a oposição, e a sua última operação diversão, o ataque contra a Tanzânia, terá sido gota de água que transbordou o copo.

progressista mas foi o Povo

— declarou Yusuf Lule

dos aqueles de que suspeitava — mesmo sem a sombra de uma prova — que intrigaram ou conspiraram contra ele.

Quando glorificava Hitler,



não era uma simples fórmula destinada a amedrontar os seus inimigos, como algumas vezes pretendeu para se justificar. De facto, é porque acreditava profundamente que os métodos nazis de «liquidação em massa» eram os mais eficazes para eliminar toda a oposição e para aterrorizar todos os que poderiam conspirar contra ele. Foi por

isso que a formação de uma Frente Nacional de Libertação do Uganda e as nossas primeiras vitórias contra as forças de Idi Amin Dada galvanizaram a opinião e, no exército, provocaram numerosas deserções e rebeliões. As tropas da FNLU avançaram em três eixos; de oeste, desde Mityama, do sudoeste, deste Mpigi, do Sul, na região de Entebe. E o exército ugandês volatilizou-se literalmente.

As nossas informações confirmam que, nos últimos tempos, Idi Amin Dada apenas podia contar com cerca de cinco mil homens, a maior parte dos quais são mercenários do Zaire, nubios e veteranos da guerra dos Anyanya, no Sul do Sudão, nos anos 1960. Estes homens, espécie de guarda pretoriana encarregada de proteger o ditador de Kampala, roubaram, violaram e mataram nas cidades e nas estradas por onde milhares de cidadãos tentaram fugir da capital.

Por outro lado, para assegurar o restabelecimento duma administração civil, à medida que libertávamos as províncias (Ankole-Oeste, Kyitara, Masaka e Mityana), nomeamos responsáveis. E o coronel William Omeria, que comandara o

batalhão Mubende do exército ugandês, tornou-se comandante-adjunto do novo exército nacional de libertação.

A Frente Nacional de Libertação do Uganda foi apoiada pelos Países progressistas. Mas alguns dizem que tropas Líbias e palestinas lutaram ao lado dos homens de Idi Amin. Ora, os meios oficiais de Trípoli e Yasser Arafat desmentiram-no categoricamente.

Y.L. — Os países progressistas africanos, nomeadamente a Tanzânia e os outros países da «linha de frente», apoiaram e continuam a dar-nos uma ajuda preciosa que aceitamos de livre vontade, porque ela se inscreve no quadro da luta comum que os povos africanos devemos travar contra o imperialismo e todas as ditaduras sangüinárias que ele apoia e arma.

Mas, contrariamente ao que pretende uma certa imprensa, não é o exército tanzaniano que liberta o Uganda: são forças ugandesas livres, são os nossos soldados, é o nosso povo.

No que respeita à Líbia, não sabemos ainda se há tropas líbias no Uganda como alguns afirmam.

(Continua na pág. 8)

A Seleção Nacional "constroi-se" não se improvisa

● por Alfo Júnior

Desde que, finda a recente edição do Torneio Amílcar Cabral, os jogadores nacionais recolheram às cabinhas e retomaram a actividade nos seus clubes habituais, não tornamos a ouvir um simples «assobio» relacionado com a preparação e a manutenção estrutural de

a pensar que, mercê de uma série de limitações (falta de técnicos à altura, precários esquemas de preparação físico-atlética e tático-técnica, carência de instalações, insubmissão geral dos jogadores no que se prende com uma vida regrada, etc), ha motivos de sobra para

te todo o ano. Um seleccionador, um treinador, um preparador físico e alguns «colaboradores» acompanhariam, durante a época normal (campeonato nacional), o comportamento dos principais jogadores ou dos jogadores seleccionáveis. Encarregar-se-iam, por outro la-

de resto, não é tão rica em valores individuais que não se saiba quem são os jogadores seleccionáveis, com larga antecedência. Nós somos contra os elitismos, os lugares cativos ou vitalícios, contra os insubstituíveis e coisas parecidas, mas também somos suficientemente práticos e realistas para sabermos que jogadores como Abel, João Carlos, Domingos Cá, Niná, Agostinho, Jaime Graça, Sulai, Augusto Mário, Cláudio, M'Pin'é e poucos mais fazem parte, logicamente, do núcleo de jogadores a lançar, em princípio, numa roda de elementos «certos» na equipa nacional. Eles constituem, em nosso entender, material para ser trabalhado ao longo do ano, material devidamente arrumado e oleado para, em qualquer momento darem boa conta de si na qualidade de representantes do futebol nacional, não individualmente mas sim colectivamente.

A selecção nacional não pode aguardar que cheguem aí os seus adversários para só então se organizar e «montar a tática».

A selecção nacional, de acordo com as características dos seus melhores futebolistas, deve forjar o seu figurino, construir um perfil uma ideia de futebol. O seleccionador, por seu turno, deve estudar e acompanhar os melhores jogadores, ao longo da época futebolística, admi-



É preciso acompanhar a selecção durante todo o ano

uma selecção nacional de futebol. Quer dizer, na Guiné-Bissau, o conceito de selecção nacional apresenta-se imbuído de qualquer coisa acidental e portanto sujeito à «lei» do improviso. Situação que se lamenta.

Os conhecimentos práticos que temos do futebol guineense levam-nos

se cultivar, em relação ao «onze» nacional, métodos que sejam, eles próprios, o reconhecimento de todas essas carências e impedimentos a nível humano e técnico.

Para já, seria de exigir que se destacasse uma «equipa técnica» permanente para os assuntos da selecção nacional, duran-

do, de sugerir e marcar a realização periódica de treinos de conjunto, no sentido de transmitir à equipa nacional o que se deve chamar um «figurino» ou um padrão de jogo. Não sendo assim, a selecção será eternamente uma manta de retalhos, pois os treinos de uma ou duas semanas pouco resolvem. A Guiné-Bissau,

tindo até eventuais adaptações de certos elementos a posições que nos seus clubes lhe não são familiares. Se houver um lateral-direito capaz de não fazer que se pense só em Agostinho para a posição, teríamos talvez a possibilidade de fazer de Agostinho o «pivot» ideal, o homem que, colocado no «meio», à frente da defesa, daria mais livre expressão à sua genica, à sua admirável vibração atlética, libertando assim a acção criadora dos dois outros homens do meio-campo, creio que idealmente Sulai (Os Balantas) ou Domingos Cá (UDIB) e Niná (Benfica). Este é um aspecto da «arrumação» ou planificação da equipa-tipo, mas muitos outros existem. Quando não se dispõe de muitos avançados de talento, é preciso cuidar muito seriamente do meio-campo, porque nele residem as soluções de compensação. E, em qualquer caso, o meio-campo deve ser, sempre, uma combinação da força (Agostinho) e do

engenho (Sulai, Domingos Cá, Niná). Estamos a apresentar simples exemplos, mas admitamos que a selecção adopte uma solução próxima do 4-4-2, com modificações sistemáticas para 4-3-3 ou mesmo 4-1-2-3. Neste leque de suposições teriam lugar os 4 médios indicados: Agostinho (adaptado o «pivot»), Sulai, Domingos Cá e Niná, os três últimos sem dúvida bons executantes, sendo o jogador da UDIB um homem altamente influente porque «vê» o jogo, e o benfiquista (Niná), uma pedra necessária porque «faz jogar» e remata com facilidade.

Mas o importante está contido nas primeiras linhas e nos primeiros juízos desta nossa crónica: a selecção nacional de futebol não pode nem deve ser improvisada. Ela requer um trabalho permanente de recolha de dados, estudo, reflexão e planificação. Oxolá os responsáveis pensem do mesmo modo e façam andar as coisas.

Farmácias

HOJE — Higiene — Rua António N'Bana, telefone 2520

AMANHÃ — Farmedi n.º 1 Rua Guerra Mendes, telefone 2460

Cinema

MATINÉ — *Os Barbeiros de Cícilia* m/13 anos
SOIRÉ — *Filme a anunciar*

Nô Pintcha

Trisemanário do Commissariado de Informação e Cultura — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TA&S, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.
Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Seis meses 450,00 P.G.
Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:
Seis meses 550,00 P.G.
Um ano 700,00 P.G.

Anúncios

MUDANÇA DE NOME

Nicandro José Augusto de Lacerda Pereira Barreto, Conservador dos Registos.

No.s termos do n.º 1 do Art. 368 do Código do Registo Civil, faço saber que Ajotolo Có, solteiro, de 23 anos de idade, natural de Bucomil, Sector de Biombo, Região de Bissau e residente nesta cidade, filho de Dipa Cá e de Olom-Ota Djú, requereu a alteração da composição de seu nome fixado no assento de nascimento para Francisco Ajotolo Có.

São por isso convidados todos os interessados incertos a deduzirem a oposição que tiverem dentro do prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste anúncio no jornal «Nô Pintcha».

Aviso

Daniel Augusto Alvarenga de Barros, Terceiro Oficial do Quadro Privativo dos Serviços de Finanças da República da Guiné-Bissau, exercendo as funções de secretário de Finanças do Concelho de Bafatá:

Faço saber nos termos do n.º 11, do artigo 30.º do Regulamento da Contribuição Industrial aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1.754, de 8 de Maio de 1961, que durante o mês de Junho do corrente ano, devem os Contribuintes apresentar nesta Repartição de Finanças as suas declarações Modelo 1-A, fazendo constar o seu rendimento líquido em relação ao ano de 1979.

Os Contribuintes que tenham várias actividades tributadas distintamente ou seja por vários conhecimentos, são obrigados a apresentar declarações por cada uma das actividades, sempre que possível devem indicar os rendimentos obtidos a facilitar o serviço de fixação de rendimentos em uma só declaração.

Podem ainda os Contribuintes instruir as declarações com elementos de escrita, tais como despesas gerais, balanço de lucros e perdas e quaisquer outros elementos elucidativos.

E para constar se fizeram estes e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos da Área Fiscal desta

Repartição, sendo o exemplar publicado no Boletim Oficial e outro no jornal «Nô Pintcha».

AVISO

A fábrica de Pré-fabricados Amizade Guiné-Bissau-Cuba, informa ao público que passa a ter os seguintes números de telefones e CX postal:

Telefones PBX — 2062
Direcção-Geral 2063

Direcção-Adminis. 2047
Cx. Postal 27

PRECISA-SE

Professor cooperante português com tardes e noites livres necessita urgente de professor árabe. Resposta ao «NÔ PINTCHA».

Novo governo na Guiné

CONAKRY — Um novo governo foi formado na República da Guiné. Dirigido por Lansana Beavogui, que acumula agora as funções de ministro do Plano e da Estatística, o actual gabinete tem 30 membros em vez de 40 e é marcado mais por uma mudança de estruturas do que de pessoas.

Os ministérios ditos do «domínio» (espécie de super-ministérios), foram suprimidos. Seis ministros deixaram o governo, que só tem um novo membro: Marcel Cros, secretário de Estado encarregado da Cooperação Internacional, antigo director da Companhia de Bauxites da Guiné.

Abdoulaye Touré, antigo ministro do Domínio dos Intercâmbios, tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, cujo antigo titular, Faly Dabo Cissoko, tomou a pasta da Juventude, Desportos e Artes Populares. Foi criado um ministério-delegado junto da Comunidade Europeia (CEE). O seu titular é N'Faly Sangaré, ex-ministro do Plano e da Cooperação.

Quando a Ismael Touré, ministro do Domínio dos Intercâmbios, demitiu a 11 de Abril das suas funções políticas e governamentais por «actividades fraccionalistas» e reintegrado após se ter autocriticado, foi designado ministro das Minas e da Geologia. (FP)

Não-Alinhados

África Austral e Sahara Ocidental no projecto da ordem do dia

COLOMBO — O projecto da ordem do dia da sexta conferência cimeira dos Não-Alinhados a realizar em Havana, foi publicado na capital de Sri-Lanka.

O projecto, ao qual o bureau de coordenação dos Não-Alinhados consagrou várias sessões de trabalho na sede das Nações Unidas, é estudado desde ontem pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros do Movimento reunidos em Colombo.

O projecto — de 15 pontos — compreende uma longa análise da situação política e económica mundial, a estratégia a seguir no plano internacional, o reforço da cooperação e da solidariedade entre os Não-Alinhados, a sede da próxima cimeira e outras questões.

No que respeita à análise da situação internacional, é de salientar os seguintes pontos: a África do Sul, Zimbabwé, Namíbia, o sistema do «apartheid» e as agressões dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia contra os países da «primeira linha».

As questões do Sahara Ocidental, Palestina, Chipre e Coreia, a situação no Próximo Oriente, na América Latina e a tensão

no Sudoeste Asiático, assim como a discriminação racial e o racismo, o Mediterrâneo como zona de paz e de cooperação, o oceano Índico como zona de paz, o reforço do processo de desanuvia-

mento e a sua extensão a todas as regiões, o desarmamento e a segurança internacional, especialmente a aplicação das decisões da assembleia extraordinária da ONU sobre o desarmamento e a sua evolução durante o 33.º período de sessões da conferência sobre as armas convencionais, figuram na análise da situação mundial.

Quando à situação económica mundial, deu-se uma particular atenção às negociações a favor de uma nova ordem económica, realizadas no seio das Nações Unidas. No quadro da ONU, prevê-se



Maquete do palácio dos Congressos em Havana, onde se realizará a sexta cimeira

à análise do trabalho realizado por cada grupo de cooperação que fazem parte do programa de acção, adoptado num acordo da conferência cimeira de Colombo em 1976.

O projecto da ordem do dia, difundido nesta cidade, consagra outros capítulos à escolha da sede da próxima conferência cimeira, à constituição de um novo bureau de coordenação e outras questões de procedimento. (PL)

Relações Quénia Tanzânia

NAIROBI — Pela primeira vez, um voo regular das linhas aéreas quenianas efectuou ontem o trajecto Nairobi-Lusaka sobrevoando o território tanzaniano.

Um acordo foi concluído na semana passada entre os dois países, terminando com o fecho do espaço aéreo da Tanzânia e do Quénia aos seus respectivos aviões.

Entretanto, fontes quenianas precisaram que isto não significa ainda o recomeço dos voos directos entre Nairobi e Dar-Es-Salam.

Um ponto especial do projecto é consagrado

Eleições italianas

Vitória democrata-cristã PCI perde 2,3 por cento

As eleições legislativas italianas, que decorreram de domingo a segunda-feira num clima de pouco entusiasmo, registou, a permanência da democracia-cristã italiana como primeiro partido do país, enquanto o Partido Comunista perdeu posições. Por seu lado, os socialistas mantiveram as suas percentagens de voto.

Os resultados finais foram: Democratas-Cristãos — 138 lugares no Senado, 262 na Câmara dos Deputados, Comunistas — 109 — 201, Socialistas — 32 e 62.

Para os observadores, a permanência difícil dos

democratas-cristãos nas suas posições de 1976, é considerada como uma vitória contra as pretensões comunistas em governar. O PCI perdeu 2,3 por cento dos seus anteriores eleitores.

O interesse moderado do eleitorado italiano foi confirmado pelos números oficiais da taxa de participação logo no primeiro dia de voto: em 42 milhões de eleitores, 72 por cento tinham votado, ou seja 4,3 por cento a menos do que em Junho de 1976 (76,3 por cento), tendo em consideração a obrigatoriedade de voto em Itália.

A criança e a escultura



Diálogo entre o pequeno visitante e esta escultura personifica parte da cultura dos Macuas (tribo moçambicana) e é uma das peças mais valiosas do museu. O museu foi reorganizado depois da independência de Moçambique e dá actualmente uma perspectiva do desenvolvimento das tribos na África Oriental. (Foto ADN)

MOSCOVO — A União Soviética propôs à China a abertura de conversações no próximo mês em Moscovo, a fim de melhorar e de normalizar as relações entre os dois países, indicou anteontem a agência Tass. Esta proposta está contida num documento entregue na segunda-feira ao encarregado de negócios interino da China em Moscovo. (FP)

NACIONALIZAÇÕES NA RPA

LUANDA — O conselho de ministros angolanos decidiu nacionalizar ontem 70 empresas abandonadas pelos antigos proprietários. Centenas de sociedades industriais e comerciais interessando diversos sectores económicos foram nacionalizadas nas últimas semanas pelas autoridades angolanas. O conselho confiscou também o saldo das contas bancárias abertas no Banco de Angola por pessoas que não puderam justificar de uma residência no país desde 1976. (FP)

COOPERAÇÃO ANGOLA-ARGÉLIA

ARGEL — Alberto do Carmo Bento Ribeiro, ministro angolano da Indústria e da Energia, deixou ontem Argel, no termo de uma visita de quatro dias à Argélia, durante a qual entrevistou-se com vários membros do governo argelino sobre a perspectiva de desenvolvimento da cooperação entre Angola e Argélia. (FP)

PALUDISMO EM ÁFRICA

DAR ES SALAM — Mais de um milhão de pessoas, a maioria crianças, morrem cada ano de paludismo em África, anunciou anteontem o ministro tanzaniano da Saúde, Leader Sterling. O ministro precisou, na abertura de uma conferência internacional sobre o controlo do paludismo. (FP)

FAO AJUDA O MALI

ROMA — Uma ajuda alimentar urgente às populações do Mali afectadas pela seca, no valor de 1,3 milhões de dólares, foi aprovada por Edouard Saouma, director-geral da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Luiz Cabral no Maputo

(Continuação da 1.ª página)

O Chefe de Estado da Guiné-Bissau, que viaja acompanhado do Vice-Presidente do Conselho de Estado e Comissário de Estado das Forças Armadas, camarada Umarú Djaló, e do Secretário-Geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, camarada Alexandre Nunes Correia, além de pessoal das casas civil e militar da Presidência, visitou na manhã de ontem, acompanhado do ministro moçambicano da Agricultura, a Machamba 3 de Fevereiro (campo de produção agrícola) e um Centro Experimental, onde se inteirou das experiências em curso, nomeadamente no domínio dos citrinos.

Durante a escala nos aeroportos de Lagos, Brazzaville e Lusaka, Luiz Cabral foi recebido pelos Chefes de Estado do Congo, da Zâmbia e pelo administrador militar da Região de Lagos. Nas declarações prestadas aos órgãos de Informação, o camarada Presidente referiu-se ao papel desempenhado pelo Congo e pela Zâmbia no processo da libertação do continente, e reafirmou o apoio do PAIGC e da República da Guiné-Bissau à Frente Patriótica do Zimbabué, determinada a prosseguir a luta contra o regime ilegal e fantoche de Muzorewa-Smith. «Queremos antes de tudo uma paz verdadeira na África Austral», afirmaria ainda Luiz Cabral, para acrescentar que «na Guiné-Bissau faremos tudo para ajudar os Estados da «primeira linha» e as massas oprimidas até a vitória final».

CALOROSO ACOLHIMENTO

Um caloroso acolhimento foi dispensado na capital moçambicana ao Presidente Luiz Cabral e comitiva. Acolhido à descida do avião presidencial, «Sakala», por Samora Machel, o Chefe de Estado guineense receberia ainda os cumprimentos de membros do Comité Político Permanente do Comité Central da Frelimo, do Conselho de Ministros e do Estado Maior-General das Forças de Libertação Nacional e ainda do corpo diplomático acreditado em Maputo. Grupos folclóricos da Província de Maputo brindaram a comitiva com danças representativas da cultura moçambicana. Enquanto a Rádio Maputo descrevia o ambiente que rodeou a chegada de Luiz Cabral, o Jornal de Notícias publicava, na sua edição de terça-feira, uma retrospectiva da primeira etapa da visita, em Julho último, e uma foto de Luiz Cabral, cuja presença em Moçambique enquadrava «no âmbito do estreitamento das relações de amizade e cooperação entre os dois países irmãos».

Mariana Bragança faleceu em Moçambique

Faleceu em Maputo, no passado dia 30 de Maio, a camarada Mariana Bragança. De origem goesa, como o seu marido, Aquino Bragança, conhecido jornalista, militou activamente no Secretariado da «Conferência das organizações nacionalistas das Colónias Portuguesas» em Rabat e em Argel. Após a independência de Moçambique, Mariana Bragança foi directora do gabinete do ministro do Plano, Camarada Marcelino dos Santos. Ao seu funeral assistiu o

Presidente da Frelimo, camarada Samora Machel.

A perda da camarada Mariana Bragança foi muito sentida no nosso País, pois gozava de grande estima sobretudo por parte dos elementos do PAIGC mais ligados à CONCP. Por isso, o governo e o Partido se associam à dor do povo moçambicano e do camarada Aquino Bragança.

Portugal: Mota Pinto demite-se sob ataques socialistas e comunistas

LISBOA — Após a apresentação do pedido de demissão do Governo de Mota Pinto, aguarda-se a atitude que o Presidente Ramalho Eanes irá tomar. O prof. Mota Pinto excusou-se a dar informações se o Presidente da República Portuguesa terá ou não aceite o seu pedido de demissão.

Na reunião de ontem à tarde do Conselho de Ministros, o Governo fez uma análise da situação e um balanço das suas relações com a Assembleia da República Portuguesa. Como resultado desse balanço, Mota Pinto acusa a «maioria de esquerda» no parlamento, de obstruir a sua acção governativa. Referiu vários aspectos em que nos últimos me-

ses a votação conjunta do PS e do PC impediu a passagem de diplomas governamentais, aliás muito contestados pelos trabalhadores.

A causa principal da demissão do Governo está, sem dúvida, na forma como o Orçamento Geral do Estado foi debatido e votado, anteontem, no parlamento.

A alteração mais genérica introduzida pelos partidos e que mais se notou ao fim do debate que terminou cerca das 4 horas da manhã, consiste numa subida de «déficit» orçamental de 6,8 para 15 milhões de contos. Foi também eliminado o imposto previsto sobre o 13.º mês.

Mota Pinto exacerbou

-se também com as alterações à Lei de Bases da Reforma Agrária aprovadas ontem à tarde na Assembleia da República com votos do PS e do PC. De momento, é natural que os partidos políticos aguardem a resposta do general Ramalho Eanes, para analisar a atitude a adoptar. Esta resposta do Presidente da República poderá condicionar a acção de socialistas e comunistas que tinham apresentado no Parlamento duas moções de censura. Estas moções começam hoje a ser discutidas de acordo com a agenda de trabalho da Assembleia.

Será difícil que o Presidente volte a apontar para uma solução extra-partidária, depois das experiên-

cias do III Governo chefiado por Nobre da Costa e o IV por Mota Pinto. Em princípio, o apoio dependerá da forma como os partidos políticos se entenderem entre si. Ultimamente tem-se verificado uma aproximação entre o PSD e o CDS, que estão à beira de um possível acordo. Mas os seus deputados não chegam. O PS, por seu lado, poderá contar com apoio de sociais-democratas independentes (que na sexta-feira fundam a sua Associação). Esse apoio, se contar com a «luz verde» do PC, poderá conduzir a um V Governo que dure até as eleições de 1980.

Outra alternativa para o Presidente da República será a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais intercalares.

Golpe de Estado no Ghana

(Continuação da 1.ª página)

«injusto não lhes dar o respeito que merecem. Precisamos deles».

Os jornais não fizeram referência aos combates de segunda-feira em Accra, nem da sorte dos antigos dirigentes do Ghana. Segundo rumores que cir-

culam em Lomé, o general Akuffo, antigo chefe de Estado, teria sido apunhalado, e o general Odartey Wellington, antigo comandante em chefe das Forças Armadas, teria sido morto na segunda-feira.

Tirando a primeira página, os jornais ghanenses

continuam como dantes a seguir a campanha eleitoral para as eleições de 18 de Junho, que devem consagrar o regresso dos civis ao poder. Segundo informações obtidas em Lomé, o capitão Rawlings teria a este propósito convidado os chefes dos seis partidos a encontrarem-se

com ele.

Segundo um comunicado lido na rádio ghanense captada em Lomé, as forças revolucionárias garantiram que o processo para as eleições gerais de 18 de Junho prosseguirá como estava previsto. Este processo de democratização fora iniciado pelo general Akuffo, depois de ter afastado do poder o general Ignatius Acheampong.

Segundo as mesmas informações, o golpe de Estado teria começado pelo sobrevo a baixa altitude da cidade, por aviões militares. Efectuado principalmente por oficiais subalternos, o golpe teve momentos de incerteza durante os quais a rádio mudou de mãos várias vezes.

Na noite de domingo para segunda-feira, um grupo de oficiais, comandados pelo major Opoku Mensah, adjunto do comandante da força de blindados de Accra, conseguiu libertar o capitão Rawlings, que tinha sido preso depois de uma tentativa falhada de golpe de Estado, 15 dias antes. (FP)

Entrevista com Yusuf Lule

(Cont. das Centrais)

Tudo o que sabemos é que Tripoli apoiou Idi Amin Dada, que lhe enviou material militar e carburante, incluindo aviões, e que navios carregados de armamento pesado escalaram recentemente Mombaça.

Tenta-se transformar esta libertação do Uganda numa «guerra de religião». É falso e estúpido. Todos sabem que os muçulmanos representam entre cinco e dez por cento da população ugandesa e que entre os generais e os coronéis que se juntaram a nós há muitos mu-

çulmanos. Pretende que nós massacramos é uma calúnia que todos os observadores e diplomatas no Uganda, incluindo os Ocidentais, podem desmentir.

Aliás, consideramos o regime de Idi Amin Dada antimuçulmano. Com efeito, como disse o próprio presidente Khadafi, nunca o islão pregou nem autorizou os massacres, a repressão, a arbitrariedade e a tortura.

Para nós, Idi Amin Dada desacreditou não só os regimes progressistas e não-alinhados, mas também

o Islão, tal como deve ser interpretado. Nunca o islão foi tão hediondamente caricaturado como por Idi Amin Dada, que acabará no caixote de lixo da história...

Qual será a política do novo regime Ugandês?

Y. L. — Será um regime que respeitará os direitos dos povos e dos homens. Um regime que adoptará uma política de não-alinhamento, que militará pelos direitos dos colonizados, oprimidos e explorados, quer se trate de palestinianos, de zimbabueanos, de namibianos, de sul-

-africanos ou de saharauis.

Será um regime que participará na luta de todos os que querem assegurar a dignidade de África, a soberania e a independência nacional dos países que a compõem, e pôr fim ao terror.

Trata-se, para nós, de lavar a vergonha que foi a louca e sangrenta ditadura de Idi Amin Dada, que recebeu a indignação do mundo inteiro. Trata-se de proceder de modo a que o nome do Uganda não evoque mais a brutalidade, o despotismo e o terror. E conseguimos.